



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XII — N.º 123 — SÃO PAULO, NOVEMBRO DE 1967 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

A Opinião Pública Brasileira Condena o Colonialismo de Salazar

O sr. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar chegou ao Brasil, eufórico, distribuindo sorrisos e palavras amáveis e retirou-se taciturno e nervoso. Na bagagem trazia uma série de pedidos, todos eles relacionados com o desejo de Salazar ver o Brasil solidário com a sua política colonialista — a mesma política que vem sendo condenada pelas últimas Assembléias Gerais das Nações Unidas. Só a marcha dos acontecimentos dirá até que ponto o sr. Franco Nogueira encontrou ou não ambiente favorável, nas esferas oficiais, para o atendimento de algumas das suas pretensões. Mas uma conclusão se pode desde já tirar: do ponto de vista das reações provocadas na opinião pública brasileira, a visita do ministro de Salazar foi um malogro clamoroso. Praticamente toda a imprensa tomou posição frontal contra a hipótese do apoio brasileiro ao fascismo colonialista português. Há muito que no Brasil não se registra nas colunas dos jornais uma tal unanimidade em relação a um problema de política exterior. Até um órgão tradicionalmente moderado e conhecido pela sua preocupação de não criticar Salazar, como é o caso do "Jornal do Brasil", quebrou essa norma para se pronunciar contra os objetivos visados pelo sr. Franco Nogueira. Quanto a este, completamente perturbado pela posição ingrata em que se colocou, opondo-se aos sentimentos do povo brasileiro, acumulou durante a sua estada as gafes diplomáticas. A maior delas verificou-se, durante a conferência de imprensa concedida no Rio de Janeiro quando se recusou a responder a perguntas de jornalistas brasileiros sobre a liberdade de imprensa em Portugal, alegando que se "tratava de um assunto interno". Essa atitude, jamais assumida no Brasil por um chanceler estrangeiro de visita ao país, chocou profundamente não só a imprensa, como toda a opinião pública.

Para que os leitores possam fazer uma idéia das reações provocadas pela visita e pelos "pedidos" do sr. Nogueira transcrevemos abaixo dois editoriais dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro e duas reportagens e uma notícia publicadas pela "Folha de São Paulo", o grande matutino paulista.

Amizade e sacrifício

"O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Senhor Franco Nogueira, viajou de regresso à sua pátria, depois de uma semana de festas e homenagens com que o nosso Governo recebeu o visitante. Mais uma vez a amizade extraordi-

nária que nos liga a Portugal foi exaltada por toda a espécie de manifestações que a presença entre nós do ilustre Chanceler propiciou.

Poucas vezes na história das relações entre os Estados ocorrerá exemplo de uma maior vinculação entre dois países do que a existente entre o Brasil e Portugal. Orgulhosos de nossas origens lusitanas ufanos dos característicos que herda-

mos de nossos antepassados, constituímos um testemunho vivo das excelências da colonização portuguesa. Conseguiram os portugueses criar no nosso imenso território uma Nação de unidade miraculosa, um povo laborioso e desconfiado, consciente de suas origens mestiças mas imune ao veneno das animosidades raciais. A quebra do laço colonial, longe de deixar no Brasil ressaibos de ressentimentos pela passada submissão a uma soberania alheia, motivou apenas uma grande ternura para com a Mãe Pátria. Daí a série de tratados e convenções que estabelece uma tessitura toda especial para as relações entre os nossos dois países. O compromisso da consulta recíproca, a íntima colaboração técnica e comercial, o fraterno intercâmbio cultural e o estatuto excepcional do cidadão de cada um dos países irmãos quando estabelecido no território do outro representam na realidade as bases de uma perfeita comunidade de duas Nações, no mais alto padrão de entendimento mútuo.

Há muitos anos que Portugal vem enfrentando graves problemas com a manutenção do seu antigo império colonial, sobretudo no que toca às colônias africanas. O processo de descolonização iniciado pelas Nações Unidas há 22 anos já assegurou a independência de 53 países com uma população aproximada de 1 bilhão e 200 milhões de almas. Hoje são muito poucos os remanescentes do colonialismo e sobre estes se fecha o cerco do sistema da Carta das Nações Unidas e do mecanismo estabelecido pela Organização para a extirpação

completa do sistema colonial. Portugal, é bem verdade, constitui um caso à parte. Primeiro pela inegável superioridade da colonização portuguesa conforme atestado de maneira irrefutável pelo progresso das chamadas "províncias ultramarinas", reconhecido pelos próprios Estados africanos independentes como excepcional. Segundo pela importância da manutenção das colônias para a própria sobrevivência da economia portuguesa. Daí o compreendermos perfeitamente a luta tenaz e irreduzível de Portugal para preservar os seus vínculos com as terras de além-mar. Nesta luta o Brasil tem sido, nas Nações Unidas, o maior e o mais leal amigo de Portugal. Sempre votamos contra as Resoluções de censura ao colonialismo português e tudo fizemos para angariar o apoio dos outros países latino-americanos para a nossa posição. Mas é inegável que Portugal nada contra a corrente da História e que sua posição ano a ano mais se deteriora nas Nações Unidas. Na última Assembléia-Geral, apesar de todos os nossos esforços, o Brasil foi uma voz isolada entre os latino-americanos na votação da Resolução afro-asiática condenatória de Portugal.

Parece que as gestões do Ministro Franco Nogueira para obter um maior comprometimento nosso com a defesa de Portugal nas Nações Unidas encontraram firme resistência por parte do Chanceler Magalhães Pinto. E' preciso que os portugueses compreendam que, em seu próprio benefício, o Brasil deve manter incólume o seu prestígio de campeão da causa do anticolonialismo, a fim de

que tenhamos autoridade para ajudar o país irmão em suas vicissitudes nas Nações Unidas. A velha pretensão de passar para nossas costas parte do fardo colonialista, através da criação da "comunidade luso-brasileira", só poderá ter como resultado a completa neutralização da influência brasileira na ONU, dando a Portugal apenas o consolo de ter mais um companheiro no pelourinho permanente a que vem sendo exposto.

E' justo que Portugal exija de nós todas as demonstrações de amizade que, aliás, temos sido pródigos em dar. Mas seria demasiado exigir de nós o sacrifício de nossas convicções para ajudá-lo a carregar a cruz do colonialismo, de que não tem condições de se desembaraçar."

(in "Jornal do Brasil, 15 de Outubro)

AMIZADE E CLAREZA

"Inútil insistir sobre a necessidade de boas relações entre o Brasil e Portugal, pois isto antes de ser consignado nos propósitos da diplomacia está na ordem natural e afetiva das coisas.

Muito mais poderia ainda ser feito, por exemplo, no plano cultural, abarcando problemas que transcendam as preocupações dos gramáticos, para se

(Continua na pág. 2)

O CAMINHO A SEGUIR

É nossa preocupação fundamental interpretar o pensamento dos democratas portugueses do Interior. Foi por isso com viva satisfação que vimos referendada, através de volumosa correspondência, a posição assumida em nosso editorial "Falando Claro", de apoio irrestrito aos documentos já divulgados no Brasil e em Portugal em que os profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado e destacados anti-fascistas de São Paulo e do Rio de Janeiro se definiram perante a conjuntura nacional. Os aplausos dos democratas de Portugal vieram reforçar-nos a certeza de que é correta a nossa oposição frontal a todas as manobras dirigidas contra a unidade e as tendências de certos setores e personalidades para estabelecerem o diálogo com o inimigo comum: o fascismo!

O debate travado em torno da sucessão de Salazar, veio demonstrar que certos democratas que a si mesmos se designam como "moderados" aguardam apenas uma oportunidade, para se candidatarem à partilha dos benefícios do poder, aliando-se aos herdeiros naturais de Salazar! Os documentos de "diálogo" vindos a público sucedem-se em ritmo intenso. O tom e o conteúdo não honram os signatários. Um dos últimos de que temos conhecimento é uma carta dirigida aos oficiais do Exército, defendendo a criação de uma Junta Militar. Esta teria por missão defender a ordem pública e promo-

ver a constituição de um governo provisório. Para não alarmar os destinatários, apressavam-se a esclarecer os missivistas que eram favoráveis à observância dos compromissos internacionais assumidos pelo governo português. A bom entendedor...

Uma preocupação comum parece dominar esses elementos desajustados de "diálogo": resolver o problema português mediante acordos de cúpula, impedindo que as massas participem do processo de liquidação do fascismo, mobilizando-se em prol de uma política verdadeiramente democrática, anti-monopolista e anti-imperialista.

Esquecem esses democratas que não está nas suas mãos resolver aquilo que pretendem. Podem atrasar a solução do problema português, mas apenas isso. Essa ideia de não assustar os presumíveis herdeiros de Salazar, essa insistência em cortejar o Exército, essa renúncia à unidade é — chamemos as coisas pelo seu nome — uma forma de capitulação.

O caminho que leva à conquista do poder é outro. Não é o da conciliação, é o da luta! E' este passa pela mobilização do povo.

É, numa palavra, o caminho da unidade entre todas as forças revolucionárias.

PORTUGAL
DEMOCRATICO



Imagem das comemorações do 5 de Outubro: O comandante Sarmiento Pimentel agradece à escritora Lygia Fagundes Telles a sua saudação aos democratas portugueses — (V. pág. 4).

O Brasil Contra o Colonialismo

elevarem até a um alto estilo de convívio intelectual.

Retirar a colaboração do puro domínio do folclore, ou pouco mais, e empreender a sério uma linha de intercâmbio de recíproco interesse, no âmbito universitário, continua a ser um intuito de homens de visão moderna, tanto no Brasil como em Portugal.

Entre os valores espirituais de que o Brasil legítimamente se orgulha, devemos mencionar o sentido humanista em profundidade, que equivale nas relações com os povos a uma posição anticolonialista. Isto está na consciência americana, antes de estar na Carta da ONU.

—oOo—

A visita ao Brasil do sr. Franco Nogueira, ministro do Exterior de Portugal, precisamente exige que lembremos os pontos de ordem cultural onde uma cooperação possível não existe, mas também os pontos onde se pretendia que existisse uma cooperação impossível.

Não podemos cooperar na manutenção do colonialismo, seja confessado seja inconfessável, ou encadernado em terminologias que na verdade podem apenas considerar-se um ato de inútil cortesia à ONU.

O governo anterior, e mais diretamente o seu ministro do Exterior, assumiu — o que estava muito no seu estilo de uma diplomacia secreta — compromissos em relação a Portugal e que o atual governo não poderia aceitar, e de fato não aceitou. Isto mesmo foi dito ao sr. Franco Nogueira com a maior deferência mas com a adequada firmeza.

Entre esses compromissos estava o de enviar tropas para Angola, no caso de o governo de Lisboa o solicitar.

Isto corresponderia a uma participação do Brasil numa guerra colonial, o que contraria tudo quanto somos, a diretriz histórica que constitui, desde a independência até hoje, patrimônio inviolável. Está em desacordo com as melhores tradições de nossas forças armadas, com o nosso povo, e, para dizermos a palavra exata, com a nossa dignidade.

Assim é credor de total apoio o atual Governo, que é tão amigo de Portugal ou mais do que o anterior, mas sabe distinguir entre o afeto a um país e a sua linha de conduta, entre Lisboa como Capital de Portugal e Brasília como Capital do Brasil, não confundindo capitais, nem interesses, nem sentimentos, ou mais claramente não confundindo países nem fazendo do esmagamento das revoltas na Guiné, Angola e Moçambique uma missão para os nossos pracinhas que seria a missão da deshonra.

E devemos, ao mesmo tempo que aplaudir o Governo, neste ponto, lembrar que esta posição, para ser coerente, deve ir mais longe, num terreno em que aliás é mais fácil sua atuação, ou seja a ONU, pois se trata do próprio centro dinâmico da descolonização.

—oOo—

Nossas posições na ONU têm sido variáveis, as mais das vezes hesitantes, outras envolvendo compromissos inaceitáveis.

Prejudicamos, desta forma, Portugal, ao evitarmos dizer que não pode contar com a nossa colaboração para manter as suas estruturas coloniais.

A grande amizade exige a grande franqueza, e estamos certos de que em Lisboa se prefere saber o que pensamos e fazemos, a ter de enviar periodicamente um ministro ao Brasil, ou o Brasil a Portugal, prolongando equívocos e criando situações ambíguas.

Agora a atitude do Brasil foi, pela primeira vez neste domínio, direta e sem oscilações. Por isso mesmo pode talvez chocar no primeiro momento. Mas sobre uma base sólida, e uma base que continua a ser de firme amizade, pode construir-se uma cooperação de mútuo interesse. Apenas será uma amizade, sem cláusulas secretas de tratado de consulta, e assim a luz do dia, como manda a dignidade do espírito, sabermos todos ao que atermos, e não precisaremos de mudar de assunto pois nada é incómodo quando é ditado pela clareza.

E o Brasil não esgota seus interesses e amizades na África, a territórios coloniais portugueses. A leviandade do Governo anterior é evidente, ao aceitar cláusulas que nenhum outro poderia manter, e suas atitudes de subordinação aos pontos de vista de Lisboa e atitudes antiafricanas já tinham provocado aqui mesmo no Rio incidentes com representações diplomáticas.

oOo

Acreditamos que em Lisboa, onde os interesses e posições nacionais merecem defesa rigorosa, a atual definição de conduta diplomática do Brasil será entendida e, estamos certos, mais respeitada do que o *ballet* de ministros. Uma revisão em termos sóbrios e bem definidos impõe-se não apenas de um ponto, mas do conjunto das nossas relações com Portugal.

O Brasil de 1967 não é o Brasil do Tratado de Amizade e Consulta de 1953. E a cláusula assinada pelo Governo anterior parece pressupor que o Brasil ainda depende de Lisboa.

As relações com Portugal não são a pedra angular da nossa política externa, mas têm importância, numa linha de preocupações de ordem afetiva e moral. Estes dois pontos devem estar sempre presentes, pois ao mesmo tempo se corrigem e completam."

(in "Correio da Manhã", 13 de Outubro)

Brasil comunica a Lisboa sua posição

Portugal não contará mais com o apoio do Brasil, para sua política colonial. No máximo, nosso país se absterá de votar, na ONU, quando for apresentada qualquer moção contra o governo de Lisboa, em face de sua atuação em Angola, na Guiné e em Moçambique.

Embora essa informação esteja sendo mantida em segredo tanto pelo chanceler Franco Nogueira, que ora visita o Brasil, quanto pelo Itamarati, sabe-se que o próprio ministro Magalhães Pinto já comunicou ao chanceler lusitano a nova posição brasileira.

PARA EVITAR INCOERÊNCIA

No encontro em que o assunto foi tratado, o ministro brasileiro explicou ao sr. Franco Nogueira que a posição do Brasil, tradicionalmente em defesa de

Portugal, resultava da amizade existente entre os dois países, dos laços culturais que os une e ainda da esperança que tinha de que o governo de Lisboa adotasse uma política de preparação das chamadas Províncias Ultramarinas para a independência. Agora, porém, disse o sr. Magalhães Pinto, chegou a hora de o Brasil ter de definir-se, em face dos pontos de vista "incoerentes" (foi esta a expressão usada); terá, assim, de apoiar a descolonização, o que significa abandonar a posição portuguesa.

FALA FRANCO NOGUEIRA

O chanceler português, em entrevista coletiva que concedeu hoje, recusou-se a comentar em termos da conversa que teve com o ministro Magalhães Pinto, dizendo que falaram sobre problemas políticos, econômicos e culturais de interesse dos dois países.

Observou porém que as tropas portuguesas poderão retirar-se de Angola, Guiné e Moçambique, desde que cessem "as atividades de grupos terroristas que são abrigados em bases militares no território de Congo e da Tanzânia, países dos quais recebem apoio logístico". Adiante, desmentiu a informação de que os Estados Unidos teriam feito qualquer pedido para instalar bases militares em território português.

DISCRIMINAÇÃO EM GENEBRA

Após manifestar o seu apoio à posição brasileira na Conferência do Desarmamento, de Genebra, o sr. Alberto Franco Nogueira, disse que o Tratado contra a Proliferação Atômica "constitui uma discriminação contra as potências que não possuem armas nucleares, pois não lhes oferece garantias contra agressões atômicas nem determina as potências detentoras daquelas armas que se desfaçam delas".

O chanceler Franco Nogueira disse também que o governo brasileiro ainda não ratificou o Acordo Nuclear Brasil-Portugal, mas que seu país vem fornecendo urânio para os reatores de pesquisas do Brasil, "sem impor qualquer condição".

CRÍTICA A U THANT

O sr. Franco Nogueira criticou o secretário Geral da ONU, sr. U Thant, por ter-se recusado a visitar as colônias portuguesas da África. Disse o chanceler português que seu país vem sendo acusado há 10 anos, pela ONU, de ameaçar a paz e a segurança internacional e que, assim, "se as Províncias Ultramarinas constituem uma ameaça à paz, nada mais natural e necessário que o secretário geral da ONU as visite".

O chanceler Franco Nogueira revelou também que seu país aplica 23,7% do seu orçamento na manutenção de tropas em Angola, Guiné e Moçambique. (in Fôlha de São Paulo, 11-10-67)

PORTUGAL EXPÕE AO BRASIL AS DIFICULDADES NA ÁFRICA

O Itamarati divulgou hoje, comunicado sobre a visita do chanceler português Franco Nogueira ao Brasil informando entre outras coisas, que serão tomadas medidas para aumentar o intercâmbio comercial, cultural e científico entre os dois países e anunciando a visita do chanceler Magalhães Pinto a Lisboa, no próximo ano.

NADA SOBRE COLÔNIAS

O comunicado não faz qual-

quer menção à posição brasileira, diante da política colonial portuguesa na África confirmando, assim, as notícias de que o nosso país deixou de apoiar essa política e voltará contra ela, nas Nações Unidas. Sobre o assunto, o documento diz somente que o ministro português "teve ensejo de fazer, ao seu colega brasileiro, um relato atualizado dos problemas externos com que a Nação Portuguesa se confronta, no continente africano".

INTEGRA DO DOCUMENTO

Eis a íntegra do comunicado: No quadro dos encontros anuais previstos nas conversações de Lisboa em 1966, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, senhor Alberto Franco Nogueira visitou o Brasil, entre 5 e 11 de outubro corrente. Durante a sua permanência foi recebido, em Brasília, por Sua Excelência o Marechal Arthur da Costa e Silva, presidente do Brasil, e no Rio de Janeiro e em Brasília, pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, deputado José de Magalhães Pinto.

ASSUNTOS TRATADOS

Num clima de compreensão e cordialidade, os dois ministros examinaram, em suas sessões de trabalho a evolução das relações luso-brasileiras e os principais problemas internacionais tendo, em particular atenção, os assuntos de interesse comum aos dois países, bem como aqueles que são específicos de cada um. O ministro português teve ensejo de fazer, ao seu colega brasileiro, um relato atualizado dos problemas externos com que a nação portuguesa se confronta, no continente africano.

Os ministros examinaram, muito especialmente medidas que possibilitem a intensificação das relações luso-brasileiras, nos vários campos. Manifestaram o desejo de aumentar a cooperação entre Portugal e o Brasil também no que diz respeito à cultura à ciência e à tecnologia. Registraram, com agrado, os resultados já obtidos, no decurso do último ano, em particular a multiplicação de contatos entre entidades públicas e privadas dos dois países ampliação do intercâmbio de estudantes, professores e cientistas, bem como a realização de congressos e reuniões culturais e técnicos luso-brasileiros. Analisaram também o intercâmbio comercial, que, embora em aumento, ainda não se situa em nível correspondente às crescentes possibilidades dos dois países.

Em conformidade com os entendimentos de 1966, os chanceleres de Portugal e do Brasil, voltarão a encontrar-se, em Lisboa, em meados de 1968, em data a ser oportunamente fixada." (in Fôlha de S. Paulo, 12-10-67)

BRASIL VOTARÁ CONTRA PORTUGAL NA ONU

O Brasil não votará mais na ONU a favor da política colonial de Portugal — disse ontem alta fonte do Itamarati, desmentindo assim as notícias de que a delegação brasileira manterá sua tradicional posição de apoio a Portugal nas Nações Unidas.

A mesma fonte acrescentou que a diferença entre a política atual do Brasil e a do tempo do governo Castelo Branco — em relação à política portu-

guesa na África — é que, antes, a nossa delegação se absteria ou votava contra as sanções a Portugal, ao passo que de agora em diante continuará a se abster e a votar a favor em alguns casos, embora considerando que a delegação brasileira, tem por norma não participar de votações condenatórias, "que não conduzem a nada".

Ao contrário do que foi publicado ontem por alguns jornais, a comunicação que o ministro Magalhães Pinto fez ao chanceler português Franco Nogueira foi exatamente a de que o Brasil não pode manter a posição do governo passado, pois é impossível fazer pronunciamentos contra o colonialismo e, ao mesmo tempo apoiar Portugal na ONU.

AUGUSTO CASIMIRO

Faleceu em Lisboa, no Hospital de Jesus, acometido de doença súbita, aos 78 anos, o Capitão Augusto Casimiro. Figura muito estimada nos meios políticos anti-salazaristas, e também nos meios literários, mercê de uma obra de escritor e de poeta que iniciara ainda jovem, Augusto Casimiro foi combatente da primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), tendo-se distinguido a tal ponto que, logo após o conflito lhe foram atribuídas as mais variadas e valiosas condecorações. Foi demitido da carreira militar, por motivos políticos, pela Ditadura Salazarista, em 1931. Foi em seguida deportado, com residência fixa nas Ilhas de Cabo Verde, onde permaneceu quatro anos. Fez parte do grupo de intelectuais que fundaram as revistas *África e Seara Nova*. Foi colaborador assíduo, durante largos períodos da sua vida, dos Suplementos Literários de muitos jornais e revistas. Como um dos fundadores da revista *Seara Nova*, ali trabalhou com grandes figuras que estão ligadas não só à fundação como à longa vida daquela revista: Raul Proença, Jaime Cortesão, António Sérgio... Augusto Casimiro foi um espírito jovem até ao dia da sua morte. Ilustram-no os seus escritos que nunca deixou de publicar na revista de que havia sido um dos fundadores, e que nos últimos anos dirigiu, com a colaboração de uma equipe de jovens que em muitos casos podiam ser seus netos. Tinha uma vintena de anos quando se implantou a República Portuguesa, oriunda da Revolução do dia 5 de Outubro de 1910. Fez parte daquela geração de portugueses entusiasmados, honestos, idealistas, às vezes mesmo românticos, que deram muito mais à sua Pátria do que nunca essa mesma Pátria lhes veio a dar. Aquela geração de portugueses que serviram a Pátria e que nunca dela se serviram. Eis a razão porque Augusto Casimiro sempre se sentiu bem, até ao seu último dia de vida, ao lado dos jovens que continuam a revista *Seara Nova*. Ele sentiu nesses jovens o mesmo idealismo, o idealismo que foi o de toda a sua vida.

Portugal Democrático associa-se ao pesar de todos os democratas portugueses e de toda a família de Augusto Casimiro.

Novas e comentários

Degradação da guerra em África

Notícias trazidas diretamente de Moçambique por um observador que, naquela colónia, seguiu muito de perto a evolução da situação criada pelo governo de Salazar, dão-nos conta da degradação do conflito, nos últimos meses. Segundo esse observador, a guerra colonial que nos primeiros tempos lograva ainda partidários, seduzidos pelo relativo aumento dos negócios e agora mais impopular do que nunca. O exército de Salazar que desfilou ao chegar a Lourenço Marques, de uniformes novos e brilhantes, dispondo de material bélico em abundância obtido graças à posição de Portugal dentro do Pacto do Atlântico, encontra-se agora numa situação de verdadeira penúria, que não pode deixar de ter repercussões psicológicas no seu comportamento perante os nacionalistas moçambicanos. As armas e as munições dos colonizadores já não lhes permitem uma superioridade tão grande em relação ao adversário, os uniformes, o calçado toda a infraestrutura do exército, sofreram o desgaste das campanhas e não foram substituídos. As glórias da guerra, pintadas com cores brilhantes em Lisboa, logo nos primeiros embates se revelaram enganadoras. E a euforia inicial transformou-se em desânimo, em tristeza, em derrotismo.

As declarações deste observador, preciosas por constituírem um testemunho direto, constituem uma confirmação daquilo que os portugueses mais lúcidos vêm afirmando desde o início das operações em África. E não poderia ser de outro modo: o Portugal de Salazar tem hoje em armas cerca de 110.000 homens: 60.000 em Moçambique, 40.000 em Angola, mais de 10.000 na Guiné.

Nenhum outro povo suporta hoje um esforço de guerra proporcionalmente tão grande. Segundo o Chanceler salazarista Franco Nogueira acabou de declarar no Brasil, as despesas de guerra portuguesas ascendem a mais de 8.500.000 contos, ou seja, 23,8% do total do orçamento nacional.

E nem as sucessivas injeções de rendimentos artificiais, que nos últimos anos têm sido aplicadas ao erário português, provenientes do turismo, dos capitais transferidos pelos imigrantes, e principalmente da venda em leilão internacional das riquezas portuguesas às potências imperialistas, podem chegar para manter uma guerra que cada dia que passa é mais ruínosa e que cada vez mais recai sobre os ombros do povo português. É este no fim de contas quem suporta todo o peso da criminosa aventura ultramarina de Salazar. Nos últimos meses subiu em Portugal o preço do leite, da manteiga do vinho, da gasolina. A água, nalgumas localidades, custa 3320 o metro cúbico. O bacalhau pequeno já está a 17\$50 e o grande a 22\$00 e a 26\$00.

Tudo isto para manter uma política de força que a história e a justiça condenam, política que como verificamos, está em

plena desagregação, acompanhando a degringolada do salazarismo.

Salazar no banco dos réus

Obteve a maior repercussão nacional e internacional a diligência, que partiu dos círculos democráticos portugueses do Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, no sentido de submeter o ditador português Oliveira Salazar a julgamento pelo tribunal internacional de crimes de guerra presidido pelo filósofo inglês Bertrand Russell. A imprensa, a Rádio e a Televisão deste país deram o seu apoio à medida que, a ser concretizada, constituirá um grande golpe na posição do fascismo português no cenário mundial. Grupos de portugueses espalhados pelo mundo reagiram rapidamente à iniciativa dos democratas portugueses do Brasil, enviando diretamente para Londres representações ao International Court for War Crimes, com provas complementares dos crimes de guerra praticados pelo governo de Salazar na Guiné em Angola e em Moçambique.

O secretário geral do International Court for War Crimes o conhecido matemático Laurent Schwartz já respondeu ao documento enviado pela Unidade Democrática Portuguesa, dizendo que na próxima sessão do Tribunal, durante o Outono, a medida proposta poderá ser examinada.

Assim, depois de condenada pelo povo português, e por esmagadora maioria da Assembleia Geral das Nações Unidas, na sessão histórica de 26 de Janeiro de 1966, condenação que foi reiterada pela resolução da mesma Assembleia em 14 de Dezembro de 1966, a agressão salazarista contra os povos de África está prestes a receber o veredicto do Tribunal Internacional de Crimes de Guerra, que reflete os sentimentos da opinião pública internacional.

Congresso Itinerante ou Navegante

O Governo de Salazar organizou e pagou, num dos últimos meses, um Congresso das Comunidades Portuguesas em moldes bem originais. Houve quem lhe chamasse o Congresso Itinerante, mas os órgãos oficiais e officiosos do Salazarismo, em Portugal, preferiram o Congresso Navegante. Porquê, Congresso Navegante? Pela simples razão de que o Congresso se realizou a bordo de um navio de luxo, o Príncipe Perfeito, algumas na costa de África. Os congressistas estiveram em Luanda, noutras regiões de Angola, assim como em Lourenço Marques e noutras regiões de Moçambique. A bordo do luxuoso navio tomaram lugar 322 congressistas e acompanhantes. Entre estes 322 congressistas e acompanhantes, cerca de 300 nomes individualizam ilustres desconhecidos aqueles que estão sempre prontos a aproveitar o turismo barato, ou mesmo o turismo grátis.

E parece que foi este o caso. Depois, discutiu-se acerca das possibilidades de expansão do livro português. Mas, caso curioso, parece que não havia nem editores, nem livreiros, a bordo do Hotel navegante. Depois ainda, as comunicações apresentadas com duas ou três excepções, foram de uma mediocridade conflagradora. As duas ou três excepções deveram-se a congressistas brasileiros. Do lado português nada se salvou, como que a mostrar mais uma vez que a inteligência portuguesa não está do lado do Salazarismo. A mediocridade foi rasa e absoluta. — Colocamos à parte o discurso do dr. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Salazar. Um discurso político defendendo as teses fascistas e colonialistas do Governo que representa. Também colocamos à parte o habilidoso discurso do habilidoso ex-ministro do Ultramar, dr. Adriano Moreira. Este, pondo em confronto "os ventos da história" com a cega determinação do Governo de Salazar em permanecer à testa de um império colonial, afirmou no seu discurso: "Os poetas sempre souberam que o mundo de amanhã é dos loucos de hoje". Bonita frase, não restam nenhuma dúvidas. Mas só que esta frase se não aplica de modo algum àqueles a quem o dr. Adriano Moreira pretende que ela se aplique. O seu exemplo pessoal mostra à saciedade que essa linda frase se não aplica de modo nenhum àqueles a quem o dr. Adriano Moreira a quis aplicar. Os oportunistas, os carreiristas, os arrivistas, nunca se caracterizaram pela loucura. A frase pronunciada pelo dr. Adriano Moreira aplica-se sim, mas a muitíssimos daqueles que têm, corajosamente, intransigentemente, sem oportunismos, sem carreirismos, sem arrivismos, dado o melhor de si mesmos, e algumas vezes mesmo a própria vida, na luta contra o fascismo salazarista, contra a fome, contra a opressão contra o obscurantismo. O mundo de amanhã, dr. Adriano Moreira, será desses loucos de ontem e de hoje.

Versão Salazarista de Ulisses

Esteve em São Paulo, não há muito, o sr. Ulisses Cortez, ministro das Finanças de Salazar. A imprensa local anunciou uma conferência de imprensa que veio a ter lugar na Casa de Portugal. A imprensa local fez também breve relato da maneira estranha como se teria desenrolado tal conferência de imprensa. Parece que os jornalistas foram impedidos de formular directamente as perguntas ao sr. Ministro. Eram obrigados a fazê-las por escrito, dirigidas a auxiliares do sr. Ministro. E estes auxiliares do sr. Ministro faziam uma censura prévia às perguntas formuladas por escrito. As mais impertinentes eram postas de lado, certamente, para que o sr. Ministro se não atrapalhasse. Finalmente, por este motivo, e talvez também pelo estado de fadiga em que estava o sr. Ministro ele demorava cerca de meia hora a resposta a cada pergunta. Enfim, um Ministro de Salazar nunca gostou de ser livremente interrogado. Interrogados, só os democratas na P.I.D.E.. Portugal é há cerca de quarenta anos um país de monólogo.

E por isso os Senhores Ministros dos sucessivos governos de Salazar não têm, coitados, o hábito do diálogo... O diálogo é para eles algo de demoníaco.

Uma lição De Florestan Fernandes

As dezenas de democratas portugueses que estiveram presentes no dia 3 de Outubro no Auditório da União Brasileira de Escritores tiveram a oportunidade rara de assistir a uma magistral lição sobre Portugal, ministrada por um intelectual brasileiro: o prof. Florestan Fernandes.

Falando com aquela simplicidade que é apanágio dos homens de verdadeira cultura, Florestan Fernandes ofereceu uma visão global da realidade portuguesa em toda a sua complexidade humana, económica, social e política. Na visão do sociólogo, os fatos, os números, as atitudes, as idéias, o passado e o presente foram-se encadeando num todo harmónico — uma surpresa para muitos dos presentes abrindo-lhes uma perspectiva fascinante, embora dolorosa, sobre o seu próprio País. Como português que se sente também — pelo sangue e pelo sentimento — o eminente sociólogo não fugiu nunca à verdade por mais dura que ela fosse. Desceu assim às raízes históricas do comportamento das várias classes sociais, denunciando corajosamente a tendência de boa parte da burguesia portuguesa, sem excluir os seus setores liberais, para não aceitar no século XIX as implicações da revolução industrial. Enquanto países sem tradição e mais atrasados atualizavam e progrediram acelerada-

damente, realizando as suas revoluções democráticas e burguesas, Portugal voltava-se para trás, apegava-se aos mitos de um passado imperialista. Essa opção pelo imobilismo traduziu-se numa grande rigidez no plano das relações humanas, com reflexos graves no terreno político e económico. Uma sociedade fiel a uma hierarquia incompatível com as transformações exigidas pela revolução burguesa teria por força de juntar à exploração do homem a desvalorização do homem. Para se compreender a verdadeira natureza do fascismo português diferente do alemão ou do italiano — é necessário fer presente essa incapacidade notória demonstrada pela classe dominante portuguesa para agir com o dinamismo que foi a regra na Europa desde o alvorecer da revolução industrial. Houve o breve e romântico esforço da República. Insuficiente e sobretudo pouco lúcido por parte das camadas dirigentes da burguesia liberal, vítimas elas próprias das suas contradições e do seu divorcio com a Europa. O fascismo, criando a mitologia, não foi apenas uma involução: foi também a volta à desvalorização do homem, justificada então por uma ideologia cujo objetivo primeiro é glorificar tudo o que está errado na sociedade portuguesa.

Homem de ciência, não podia o prof. Florestan Fernandes deixar de apresentar uma sólida documentação em apoio das ideias expostas e das posições sustentadas, valorizando ainda mais o seu trabalho.

"Portugal Democrático", ao assinalar mais esta prova da muita simpatia que o prof. Florestan Fernandes tem pelas coisas portuguesas, faz votos para que o importante estudo do ilustre mestre e democrata seja editado brevemente.

Natal do Prêso Político

Publicamos abaixo a relação dos últimos donativos recebidos para o Natal do Prêso Político, tradicional iniciativa do nosso jornal.

	Ncr\$
TRANSPORTE	230,00
CARLOS ASSUMPCAO NEVES	10,00
SOARES ANDRADE	10,00
JOAQUIM QUITERIO	10,00
JOAQUIM JOSÉ	5,00
FERNANDO RAMOS	10,00
ABILIO R. DA SILVA	10,00
MANUEL R. DA SILVA	10,00
ALVES PEREIRA	10,00
MARIO LEIRIA	10,00
FRANCISCO VIDAL	10,00
A TRANSPORTAR	325,00

BREVEMENTE:

"A Questão Agrária em Portugal"

Um livro que equaciona cientificamente o problema da terra em Portugal

O mais importante e profundo trabalho do género até hoje realizado

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

As Comemorações do 5 de Outubro

A passagem do 57.º aniversário da Revolução Republicana do 5 de Outubro de 1910 foi comemorada em todo o mundo pelos núcleos da emigração democrática portuguesa.

No Brasil, os principais atos comemorativos realizaram-se em São Paulo, promovidos pelo Centro Republicano Português, tendo-se associado a eles não só os mais destacados democratas portugueses aqui radicados como figuras de alta expressão da cultura brasileira.

UMA CONFERÊNCIA DE FLORESTAN FERNANDES

No dia 3, o prof. Florestan Fernandes, catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo pronunciou uma conferência sobre a conjuntura política e social portuguesa no auditório da União Brasileira de Escritores. O ato foi presidido pelo comandante João Sarmiento Pimentel que, em nome do Centro, apresentou o conferencista, enaltecendo as qualidades intelectuais que fazem dele um especialista de renome mundial e os sentimentos do democrata a quem os anti-fascistas portugueses devem inestimáveis serviços.

O JANTAR DE CONFRA-TERNIZAÇÃO

O tradicional jantar de confraternização, realizado na noite do dia 5 foi presidido pelo comandante João Sarmiento Pimentel e contou com a presença de cerca de duzentas pessoas. Do rio de Janeiro deslocou-se expressamente uma numerosa delegação de que faziam parte o comandante Oliveira Pio, o capitão Manuel Pedroso Marques e o nosso representante naquela cidade, Eugénio Mercês.

Entre as dezenas de brasileiros solidários com a causa do povo português que compareceram figuravam a escritora Lygia Fagundes Telles, os profs. Florestan Fernandes e Paulo Emilio Salles Gomes, o dr. Murilo de Mello e d. Dolores Vassão, da Comissão da Amnistia, o presidente do Centro Democrático Espanhol, José Vendrell, e Lorenzo Serrano, representante do Governo da Republica Espanhola no Exílio.

De todos os pontos do Brasil e até de outros países foram recebidos telegramas e cartas com saudações alusivas à data. Esse volumoso expediente foi lido pelo secretário do Centro, Alfredo Masson. Entre os telegramas mais aplaudidos contaram-se os enviados pelo Embaixador Alvaro Lins, pelos profs. Ruy Luiz Gomes e José Morgado; eng. Tito de Moraes, de Roma, pelos democratas do Rio que não puderam comparecer, entre os quais o eng. Francisco Vidal, Amílcar Mercês, Raul Mendes Silva e Vitor Alegria; Virgílio Lemos e Vicente Campinas, de Paris; José Frias de Oliveira, de Caracas; dr. Mario Isaias, presidente da Associação Portuguesa de Desportos etc.

PALAVRAS DE LYGIA FAGUNDES TELLES

Aos brindes, depois de pedir uma ovação especial dos presentes para os profs. Florestan Fernandes e Paulo Emilio Salles Gomes, o comandante Sarmiento Pimentel apresentou em termos de alto elogio a escrito-

ra Lygia Fagundes Telles que, a seguir, proferiu as seguintes palavras:

"Meus amigos:

Estamos aqui reunidos para comemorar algo que aconteceu em Portugal há cinquenta e sete anos. A gentileza imperativa de nossos amigos do Centro Republicano Português decidiu que eu deveria falar. Obedeço. E tentando inutilmente enconder meu embaraço — o embaraço de uma contadora de histórias que ignora muita coisa — quero advertir que minha fala será um devaneio inconsequente em torno de alguns fatos.

Acho extraordinariamente simpático o fato por exemplo, de ter sido implantada a República em Portugal no coração da *belle époque*. E de ter sido D. Manoel — o ultimo rei — um admirador íntimo da cançonetista Ivete Guibert. Que esse traço tão cheio de brejeirice não nos transmita a ilusão de um Portugal fagueiro nessa primeira década do século e que foi marcada de forma candente pela execução política de um rei e de um príncipe.

Em dois anos e poucos meses, um rei é morto e outro é derubado. Que sei eu — ai de mim! — dessa República que os substituiu, dessa República de 5 de Outubro de 1910 que hoje nos reúne neste jantar de confraternização republicana? Que sei eu? Muito pouco, é certo, mas o pouco que sei me inspira e me sugere várias reflexões. Sei que foi uma República generosa de intelectuais — basta evocar um nome apenas, Teófilo Braga — empenhados todos em modernizar Portugal, dar-lhe novo feitio, novo impulso em todos os sentidos. Imagino que devia haver muita ingenuidade nesses escritores, ingenuidade e fraqueza, se os julgo por mim... De qualquer forma os inimigos da República não eram nem ingênuos nem fracos. E é aqui precisamente que surge o facto que vem interromper o devaneio porque exige reflexão: eu quiz saber de que maneira a República Portuguesa foi sufocada para em seu lugar florescer o Estado Novo Corporativo. E fiquei sabendo que isso foi possível graças às forças armadas que decidiram num dia de Maio de 1926 assumir o poder a fim de melhorar essa República...

Comemoraremos o nascimento da República Portuguesa meditando sobre sua morte e consequentemente sobre a dura lição que esse nascimento e morte significa para os brasileiros. Nessa comemoração tão rica de sentido, que nós — brasileiros e portugueses — conservemos intacta a confiança na restauração e na defesa de nossas repúblicas.

VIBRANTE INTERVENÇÃO DE UMA ESTUDANTE

Seguidamente falou Maria Antónia Fiadeiro, estudante de Filosofia, recentemente chegada ao Brasil:

"Querida em primeiro lugar saudar os Democratas portugueses e brasileiros reunidos nesta comemoração que tem para todos nós um significado bem grande: é não só uma homenagem devida aos heróis da República, como um protesto de fidelidade aos princípios básicos que nortearam essa revo-

lução, a Liberdade e a Democracia.

Nos dias de hoje, na nossa terra, comemorações como esta são jornadas de luta; nós, democratas portugueses exilados ou emigrados, podemos levar até aos nossos companheiros em Portugal, um apoio e uma solidariedade sinceras.

No estrangeiro nós podemos e devemos salvaguardar o bom nome da nossa Pátria. E isso, nada tem a ver com fascismo, nem com a ditadura fascista, nada tem a ver com os interesses dos monopólios nacionais ou estrangeiros, nada tem a ver com a política colonialista do governo. Salvaguardar o bom nome da nossa Pátria é denunciar os crimes fascistas é divulgar as lutas do nosso povo.

A minha intenção é falar-vos um pouco da luta dos estudantes portugueses.

Salazar não conta nem nunca contou com o apoio da juventude em geral nem dos estudantes que são dela uma pequena e privilegiada parcela. Os ideais fascistas nada têm a ver com os anseios e os ideais da juventude portuguesa.

A Universidade fascista também não serve os interesses da juventude e da Nação.

Por isso, para defenderem os seus interesses que coincidem com os interesses, com as necessidades fundamentais da Nação, os estudantes agruparam-se nas Associações de Estudantes que, como sabem, no Portugal de hoje são os últimos redutos da liberdade associativa.

As Associações de Estudantes, são uma conquista de gerações sucessivas de estudantes e, o simples facto de ainda existirem e de continuarem a funcionar significa que é necessária uma luta diária e contínua contra o processo de asfixia imposto pelo governo.

Nas Associações, onde são os próprios estudantes que traçam os seus destinos e elegem os seus dirigentes, a luta pela sobrevivência que agora se trava assenta em reivindicações básicas como a autonomia da Universidade, quer dizer, livre da ideologia fascista, a democratização do ensino, isto é, um ensino aberto ao povo, a reforma do ensino a transformação dos métodos de ensino e da matéria ministrada por forma que acompanhe os progressos da ciência e da técnica dos nossos dias.

É evidente que o choque entre o governo e as "autoridades" académicas é óbvio e muitas vezes violento.

Só as associações salvaguardam, na Universidade fascista, a defesa da consciência moral e cívica do jovem intelectual e a sua responsabilidade perante a sociedade e a Nação.

Quero salientar algo que me parece extremamente importante e oportuno, aquilo a que podemos chamar uma lição não só para o próprio movimento estudantil mas para todos os democratas. Um dos factores mais decisivos na preservação das Associações diante dos golpes fascistas foi a unidade dos estudantes.

Unidade de todos os estudantes, independentemente de suas tendências políticas, enquadrados nas suas Associações.

Em momentos agudos como 1962 em que, todos estão

lembrados, houve uma greve, seguida durante vários meses mais de 90 por cento dos estudantes, manifestações de rua durante vários dias, e várias vezes ao dia, prisões e expulsões em massa. A unidade dos estudantes permitiu que o movimento extravasasse do próprio âmbito estudantil. Os estudantes vieram para a rua, em choque frontal com o governo e seu aparelho policial, mostrando a sua hostilidade e oposição ao regime, a sua solidariedade intrínseca com a luta do nosso povo. É este aspecto que me parece fundamental ressaltar, pois que só a unidade de todos os antifascistas portugueses pode

garantir um Portugal livre e Democrático. Os jovens que nasceram e se criaram no fascismo e contra o fascismo recusam-se a pensar que nasceram cedo de mais para conquistar e usufruir de uma vida livre e digna. Não há tempo a perder e todos temos pressa. Pressa de construir um Portugal Livre e democrático. Pressa de contribuir activamente para a rápida libertação dos povos coloniais do jugo do mesmo ditador que nos oprime. Pressa de, ombro a ombro com o nosso povo, tomarmos definitivamente a estrada que leva ao Progresso, à Democracia e à Paz... VIVA PORTUGAL.

É Necessário Actualizar 1910 — lembrou o Com. OLIVEIRA PIO

Após uma breve saudação do sr. Lorenzo Serrano, na qualidade de representante do Governo da Republica Espanhola no Exílio, usou da palavra em nome dos democratas portugueses o coronel Francisco de Oliveira Pio, "lutador em 14 e participante de todas as revoluções em defesa da República", como salientou o comandante Sarmiento Pimentel.

Depois de saudar todas as individualidades presentes, com destaque para o comandante Pimentel que definiu como "grande democrata e heroico restaurador da República no Porto, em 13 de Fevereiro de 1919", o coronel Oliveira Pio pronunciou o discurso que a seguir publicamos:

"Tinha pouco mais de 14 anos e aguardava a abertura do novo ano letivo, para iniciar a frequência do meu 5.º ano no velho liceu do Carmo, em Lisboa, quando, em Outubro de 1910, foi proclamada a República em Portugal. Embora atravessando aquele período ingrato em que já não somos meninos, mas também ainda não somos homens, a verdade é que já temos nessa idade uma percepção bastante clara das coi-

sas que nos rodeia e dos grandes acontecimentos que porventura nos seja dado assistir.

Assim, a proclamação da República foi para mim um espectáculo grandioso e cheio de ensinamentos. Foi uma grande lição de civismo que jamais esqueci e que vincou no meu espírito uma linha de conduta que, até hoje, me tenho esforçado por seguir na luta pela Liberdade e pela Democracia, princípios inamovíveis, tão velhos como a própria humanidade.

O acontecimento está presente na memória de todos os democratas portugueses. Rápido e decisivo. Na madrugada de 4 de Outubro de 1910, a um sinal da Marinha revoltada a bordo dos seus navios, o povo lisboeta corre a entrincheirar-se na Rotunda. As 11 horas do dia 5, a República era solenemente proclamada na Camara Municipal de Lisboa. A luta durara exatamente 30 horas.

A República foi portanto implantada em Portugal, por um movimento essencialmente popular, unica fonte de legitimidade em qualquer transformação

(Continua na pág. 5)

Saudação aos Prêso Políticos

É do seguinte teor a saudação enviada aos prêso políticos participantes da jornada de confraternização do 5 de Outubro, realizada em São Paulo e a que aludimos noutra lugar:

"Os democratas portugueses residentes no Brasil, reunidos em jantar Comemorativo da Revolução Republicana de 1910, saudam os valorosos combatentes da Liberdade que se encontram prêso nas masmorras fascistas.

Saudar a vossa luta e a vossa coragem, a vossa firmeza e decisão é saudar a luta do Povo Português por um Portugal Livre e Democrático.

Os vossos nomes, entre os quais lembramos particularmente os de MANUEL SERRA e VEIGA DE OLIVEIRA, que estiveram entre nós antes de serem prêso, são para os Democratas Portugueses no Brasil, para todos os Democratas Portugueses, uma bandeira na luta contra o terror, a miséria e o obscurantismo fascista.

O sacrifício de todos vós por um futuro de Paz e Liberdade é a garantia solene de que os destinos da nossa Pátria — não estarão por muito mais tempo nas mãos dos salazaristas.

Nesta sessão comemorativa que constitui um protesto de solidariedade à luta do Povo Português, os vossos nomes são um estímulo grande no reforço da unidade de todos os democratas e antifascistas para o derrubamento da Ditadura.

Recebam, com todo o nosso carinho e orgulho as mais fraternas saudações e a certeza da nossa firme decisão de contribuir por todas as formas para varrer o fascismo da Terra Portuguesa e construir um Portugal Livre e Democrático.

Abaixo o fascismo! Abaixo a guerra colonial! Viva a Unidade de todos os Portugueses anti-fascistas! Viva Portugal!

PORTUGAL DEMOCRATICO



Um aspecto da mesa da presidência quando o com. Oliveira Pio falava

ção política. Não foi obra de uma classe ou de um grupo, mas sim de um povo, em consequência de um trabalho de doutrinação dos princípios democráticos, feito em profundidade pelos líderes republicanos através de conferências, comícios e imprensa, que já se havia manifestado na revolta de 31 de Janeiro de 1891. O militar mais graduado que se encontrava no baluarte da Rotunda, era um modesto guarda-marinha da Administração Naval. Mas atrás dele estava o povo de Lisboa, todo o povo português, varrendo com o seu entusiasmo, um regime cimentado por 8 séculos de História.

Em síntese, a República surgiu em 1910, porque se tinha identificado com os anseios mais profundos das massas populares. Perdeu-se em 1926, porque não conseguiu, por fraqueza ou lirismo, neutralizar a força corrosiva das oligarquias, cujos interesses particulares estavam em antagonismo com os interesses da Nação.

É muito grato a meu espírito recordar neste momento, que a República foi implantada em Portugal, sob o signo da fraternidade luso-brasileira. No dia 3 de Outubro de 1910 chegava a Lisboa, a bordo do couraçado "Minas Gerais", o marechal Hermes da Fonseca, Presidente eleito do Brasil, então em visita oficial a vários países europeus. Debruçados nas amuradas do seu navio, os marinheiros do Brasil que então encarnavam a Nação brasileira, vibraram, como todo o povo português, nas horas altas em que este escrevia com sangue, uma das mais belas páginas da sua História. A página da sua emancipação, que o povo brasileiro havia escrito já, 21 anos antes.

Logo que a República foi oficialmente proclamada, o marechal Hermes da Fonseca desembarcou para saudar o Governo Provisório na pessoa de seu Presidente, o professor Teófilo Braga. A população de Lisboa, que então vivia nas ruas dando expansão à sua alegria, fez-lhe uma manifestação apoteótica à qual me incorporei com um bando de discípulos. E confesso que não fui dos que menos berraram, naquela tarde memorável.

Assim, assistiu o Brasil, através de seus marinheiros, ao processo histórico da implantação da República em Portugal. Foi um Presidente do Brasil, o primeiro chefe de Estado a saudar o Governo Provisório. Foi o Brasil o primeiro país que, perante um mundo surpreendido e hesitante, oficialmente reconheceu a República Portuguesa.

sa, a 22 de Outubro, apenas 17 dias depois de sua proclamação. Por isso os democratas portugueses, para além do laço de sangue amam o Brasil antes mesmo de o conhecer.

Praticamente, todos os homens que fizeram o 5 de Outubro e que naqueles momentos históricos eram uma verdadeira expressão da vontade nacional, desapareceram já, envoltos nas brumas do Passado. A República romântica que eles implantaram, desapareceu também poucos anos depois. Mas esse gesto, carregado do mais puro idealismo, que o tempo engrandece cada vez mais, ficará para sempre gravado no coração de todos os portugueses.

A sua obra, considerando a distância, em tempo, a que nos encontramos e o curto prazo em que foi realizada — praticamente no período decorrido entre a implantação da República, em 1910 e a eclosão da 1.ª Guerra Mundial, em 1914 — foi verdadeiramente notável. Foram eles que iniciaram e desenvolveram a obra de modernização das estruturas da sociedade portuguesa, até então arcaicas e borolentas. Éramos a 3.ª República após a suíça e a francesa, que surgia numa Europa envelhecida e decadente. As amplas liberdades essenciais consignadas na Constituição de 1911; as chamadas Leis basilares da República, em especial a Lei do Divórcio e a Lei da Separação da Igreja do Estado, que a República francesa leva 40 anos para instituir; as grandes reformas sociais, como a das 8 horas de trabalho, direito à greve, descanso semanal obrigatório, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, entre outras, colocavam-nos, sob o ângulo político-social, entre os mais progressivos povos da Europa desse tempo. Havia naqueles homens uma grandeza, um idealismo, uma coragem cívica, que ficaram sempre como exemplo e guia para as novas gerações.

Mas nós, os antigos, para não dizer os velhos, que vivemos um pouco do Passado, não podemos ignorar as inquietações do Futuro. O tempo, as necessidades criadas pelo progresso que se observa em todos os ramos da atividade humana, obrigam-nos a encarar novas fórmulas. Os conceitos que eram de vanguarda em 1910, estão hoje superados. É necessário portanto atualizá-los, porque o mundo vive em permanente evolução. Em 1910 vivia-se a era política; hoje vive-se a era social.

É na juventude portanto, que temos de alicerçar as nossas esperanças de libertação nacional. A juventude compete agora em-

punhar a bandeira da Liberdade e levá-la, vitoriosa, até o fim da jornada. E então, quando esse dia chegar, aqueles que têm consumido a maior e a melhor parte da sua existência, na luta pela Democracia, poderão, como os velhos guerreiros de Sparta, pousar o escudo, que seu débil braço não pode já sustentar; encostar a lança a um canto da sua tenda; bater os pés no chão, sacudindo o pó das suas sandálias e partir, serenamente, com a consciência de haver cumprido com o seu dever, para a grande viagem de onde não se volta mais.

Fala João Sarmiento Pimentel

Após a leitura da saudação aos prós políticos portugueses cujo texto publicamos noutro lugar, o comandante João Sarmiento Pimentel encerrou o ato com breves mas expressivas palavras de confiança nos destinos do povo português. Numa referência especial à guerra criminosa que o fascismo mantém nas colónias, o orador não só condenou essa política de violência que está erguendo uma barreira de ódios entre povos que podiam conviver harmoniosamente como se pronunciou do modo mais firme e direto pela independência nacional de Angola, Moçambique e Guiné.

EM PARIS

Revestiu-se de brilho invulgar a evocação do 5 de outubro de 1910 em sessão promovida por portugueses anti-fascistas residentes em Paris, cuja iniciativa esteve a cargo do Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal.

Presidiu à reunião o dr. Silas Cerqueira, da Frente Patriótica de Libertação Nacional, Assessorado pelos operários Tomás Rato, João Rodrigues, Júlio Inácio, Francisco Mendes, o arquiteto Celestino de Castro e o estudante Victor de Carvalho.

Ao abrir a sessão foi dada a palavra a este jovem que falou em nome da juventude do nosso país, sacrificada à monstruosa guerra colonial salazarista. Depois de salientar que cada dia é mais numerosa a falange de refractários e desertores, o que está criando problemas sérios à política fascista, afirmou: "A juventude portuguesa recusa-se a matar em Angola, na Guiné e em Moçambique ou em qualquer parte do mundo, aqueles que lutam por aquilo que nós povo português faremos amanhã: conquistar de armas na mão o direito de sermos livres, conquistar a independência de Portugal".

Em seguida foi o operário metalúrgico Francisco Mendes que falou da luta permanente que é levada a cabo pela classe operária portuguesa e dos ensinamentos que nos legou a Revolução do 5 de Outubro.

Referindo o facto de no Congresso Republicano, anterior ao 5 de Outubro de 1910, ter sido constituído um verdadeiro Comité Revolucionário de que fo-

ram excluídos todos os elementos conciliadores e vacilantes, afirmou:

"Destá forma responsável de encarar a Revolução devemos hoje tirar uma lição: as Revoluções fazem-se com Revolucionários! E com revolucionários virados para a mobilização do povo, e não com pseudo-revolucionários que perdem o seu tempo (não se sabe ao serviço de quem) e procuram que outros o percam, com habilidades de bastidores".

Ao terminar falou o democrata arq. Celestino de Castro que focou a necessidade e a importância de reforçar a unidade de todos os anti-fascistas portugueses.

"É necessário unir todos os democratas, todos os anti-fascistas — afirmou. — É necessário dialogarmos. Mas, dialogarmos para nos unirmos mais e mais. E unirmo-nos para lutar. Lutar por objetivos imediatos: contra a censura, pelo direito de associação, de reunião, contra a repressão e pela libertação dos presos políticos.

Será partindo destas lutas parciais de hoje, que reforçaremos não só a nossa unidade, como criaremos os instrumentos indispensáveis para a luta final de amanhã: a libertação de Portugal do jugo fascista!"

O presidente da Sessão, dr. Silas Cerqueira apresentou seguidamente a todos os participantes 3 moções que foram aprovadas por unanimidade. A primeira, um telegrama a enviar ao ministro do Interior protestando contra a repressão exercida pelo governo salazarista sobre os democratas e o povo português e exigindo o respeito das liberdades democráticas mais elementares.

A segunda moção era um apelo à unidade de todos os democratas portugueses quer no exterior quer no interior do país.

A última moção era um documento a enviar à República Democrática do Vietnam e à Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul, em que os presentes manifestavam o seu apoio incondicional à heróica luta do povo Vietnamita contra o invasor americano, exigiam a retirada das tropas e o fim dos bombardeamentos, e afirmavam fazer todos os esforços para aumentar a sua solidariedade política, moral, e material.

Presentes a esta sessão comemorativa da data histórica da Revolução Republicana, estiveram centenas de trabalhadores e democratas que, levando assim o seu apoio às palavras e aos apelos à unidade anti-fascista dos oradores, recolheram no final assinaturas para o abaixo-assinado do Comité da Defesa das Liberdades em Portugal em defesa de Inácio Palma e cantaram o Hino Nacional.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçá a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Pequenas Notícias

* A condecoração concedida pelo Papa Paulo VI ao diretor da PIDE erro político lamentável a que já aludimos, continua suscitando vivas reações de crítica entre os católicos portugueses.

* O importante depoimento "Rumo à Vitória" do qual publicamos numerosos extractos acaba de ser traduzido para o russo e editado na União Soviética.

* No Arsenal do Alfeite, os operários insistem na luta pelo aumento salarial.

* Uma delegação sindical da República Democrática do Vietnam foi saudada em França, durante uma visita às fábricas Renault, por representantes dos 300 operários portugueses que ali trabalham. Os nossos compatriotas hipotecaram a integral solidariedade dos trabalhadores portugueses à luta heróica que o povo do Vietnam trava contra a agressão estrangeira de que é vítima.

* No pórtico de Lisboa lavra grande descontentamento entre o pessoal de várias secções da Administração.

* O Governo de Salazar parece haver entabulado negociações com os ingleses da Anglo Portuguese Telephone para adiar por mais alguns anos a transferência da Companhia para as mãos do Estado, mudança essa prevista já para 1968.

* A Companhia Industrial de Fundação Esposende - Gondomar onde trabalham de 500 a 800 operários atrasa com frequência o pagamento ao pessoal. Recentemente os vencimentos foram retidos durante nove semanas.

* A Fábrica Pachancho, em Braga, está a despedir pessoal, constando que se acha à beira da falência.

* A Companhia de Fiação de Crestuma, em Vila Nova de Gaia, está também em má situação, afirmando-se que vai fechar.

Portugal Democrático

A situação financeira do nosso jornal continua sendo má. Mercê sobretudo do último aumento das taxas do correio aéreo, as nossas despesas elevaram-se consideravelmente sem um correspondente acréscimo de receitas.

A diminuição de auxílios vindos do exterior tem-se traduzido por novos e penosos sacrifícios para o reduzido número de democratas de São Paulo — quase todos assalariados sem bens próprios — cujas contribuições constituem a base de sustentação material de "Portugal Democrático". Daí a nossa gratidão por todos os donativos enviados à nossa redação. É nesse sentido que registramos com gratidão uma contribuição especial de 15 cruzeiros novos que nos foi remetida por Dona Rosinha Campo Grande. Se várias dezenas de democratas tomassem com frequência iniciativas semelhantes desapareceriam os nossos constantes problemas financeiros.

Pela amnistia e contra a repressão

Prisões e Assalto a Residências de Estudantes

Notícias chegadas com atraso à nossa redação, esclarecem que a nova vaga de repressão, desencadeada nos meses de Junho e Julho últimos, a que fizemos referência em nossa edição de Setembro, não atingiu somente o movimento operário anti-fascista.

Salazar, acuado pela luta popular e temeroso do novo impulso que o movimento estudantil vem tomando, mandou desencadear uma furiosa ofensiva contra os estudantes. Entre os estudantes presos pela PIDE em Junho e Julho, contam-se: JOÃO VIEGAS SOARES, do Instituto Industrial de Lisboa; FERNANDO MIGUEL BERNARDES, estudante de engenharia; NUNO REBOCHO e MARQUES CUSTÓDIO, alunos do Liceu Pedro Nunes.

Outra violência e provocação, foi o assalto promovido pela PIDE, no dia 6 de Julho, à residência da estudante da Faculdade de Direito de Lisboa, ANTONIETA COELHO. Esta valente estudante, que já esteve presa e teve um comportamento honroso, uma vez mais enfrentou a PIDE com grande coragem, recusando-se a abrir a porta de sua residência ao bando da PIDE. Esta atitude possibilitou a concentração, no prédio, de dezenas de colegas e familiares, que impediram a prisão da jovem MARIA ANTONIETA.

O governo fascista na vã esperança de destruir e atemorizar o movimento estudantil, recorre à única arma de que dispõe: a repressão. Todavia, os valentes estudantes portugueses, que desde o início da ditadura permanecem ao lado da vanguarda anti-fascista — o movimento operário — resistem. Sabem que a vitória lhes pertence e que não estão sós na luta contra o fascismo. Com eles estão os democratas e patriotas; com eles está a juventude de todo o mundo.

Façamos chegar a nossa solidariedade aos valentes estudantes e operários portugueses, protestando junto das autoridades fascistas (Ministro do Interior — Terreiro do Paço — Lisboa) contra a violência e exigamos a libertação dos estudantes detidos e de todos os presos políticos.

Situação Prisional

Mantém-se a mesma a situação nas prisões políticas de Peniche e Caxias. As condições prisionais continuam sendo péssimas e, nalguns aspectos, têm até piorado.

Em julho, em Peniche, houve castigo coletivo: foi suspensa a entrega de correio aos presos, proibidas as visitas, o recreio, a leitura de jornais e refeições em comum.

Em Caxias, 7 presas, entre as

quais Rita Gândara e Fernanda Martins, foram castigadas com a proibição de visitas, livros e jornais por um mês. Foram também proibidas de ouvir discos até dezembro deste ano, por se terem recusado escutar música no dia 28 de maio, aniversário do golpe de Estado fascista. Mais três prisioneiras foram proibidas de receber visitas durante um mês e uma outra durante seis meses.

Agostinho Saboga, operário vidreiro que se encontra há 11 anos na prisão e cuja pena já expirou em 1965, foi reconduzido do hospital à prisão de Peniche, apesar das precárias condições de saúde em que se encontra.

Outros dois presos que se encontram doentes são Afonso Gregório e Blanqui Teixeira, este último correndo sério risco de ficar cego por falta de assistência adequada. Além destes contam-se muitos outros prisioneiros carentes de cuidados médicos que continuam a ser-lhes negados, como sejam: Pires Jorge, Dias Lourenço, Octávio Pato, Carlos Costa, José Carlos, Américo de Sousa, José Bernardino, o capitão Varela Gomes, Manuel Serra, José Magro e Augusto Lindolfo. O fato de outras campanhas realizadas em favor dos presos políticos terem sido coroadas de êxito, como as que terminaram na libertação de Manuel



Pires Jorge

Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, José Vitoriano, Maria da Piedade Gomes, e, mais recentemente, Aboim Inglês, mostra que um novo esforço dos democratas portugueses e novos movimentos de opinião pública mundial podem resultar na liberdade de outros presos.

Torna-se necessário, portanto, insistir por todos os meios na exigência de anistia e libertação de todos os presos políticos, utilizando todas as possibilidades de pressionar, nesse sentido, as autoridades fascistas.

Portugal Representado na Festa de «L'humanité»

PARIS (Do Correspondente) — A festa anual do jornal «L'Humanité» que é, de quantas se realizam em recintos fechados, a mais popular da França voltou a registrar a significativa presença dos democratas portugueses que, correspondendo ao convite dos promotores, organizaram dois excelentes «stands» que foram merecidamente elogiados pelos milhares de trabalhadores emigrados do nosso País que acorreram a Vincennes.

O stand chamado dos Democratas Portugueses era formado de várias secções. A principal, dedicada aos presos políticos continha ampla documentação sobre o terror policial fascista. Grandes cartazes exigiam a libertação de presos políticos, entre os quais Sofia Ferreira, José Bernardino e Varela Gomes. Foram recolhidas milhares de assinaturas em apelos a serem remetidos às autoridades fascistas. Crianças portuguesas, segurando mealeheiros, faziam recolha de fundos para a ajuda aos presos políticos e suas famílias. Outra secção era dedicada à denúncia do fascismo em termos genéricos. Numa faixa lia-se «O povo português só pode ser livre se os povos das colônias o forem também». Democratas portugueses vendiam aos visitantes exemplares do livro «Vidas Novas», do escritor Luandino Vieira, preso no Campo de concentração do Tarrafal. Outras secções — a do artesanato, o restaurante e o bar — des-

tinavam-se a obter fundos. Nelas, enormes cartazes, com palavras de ordem, convidavam os trabalhadores portugueses da França a apoiar a heróica luta dos combatentes anti-fascistas do Interior.

O outro stand português era dedicado ao jornal «Avante». Na parede do fundo uma gigantesca fotografia de uma manifestação de massas em Portugal atraía as atenções. Em cima uma frase: «A luta popular de massas é o motor da Revolução». Noutra parede, uma fotografia da sinistra fortaleza de Peniche e sobre elas os retratos de Sofia Ferreira e do capitão Varela Gomes e ainda de Carlos Aboim Inglês, libertado a 29 de Julho passado, graças a uma campanha internacional de solidariedade. Exemplares do «Avante» eram distribuídos aos visitantes.

Noutro lugar, sobre um fundo azul o símbolo da Rádio Portugal Livre e, embaixo, o «slogan» bem conhecido: Emissora portuguesa ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional.

Avalia-se em dezenas de milhares o número de visitantes dos dois stands portugueses.

Num dos seus programas, a «Rádio Voz da Liberdade», de Argel, também muito ouvida pela emigração portuguesa em França, dedicou um comentário à participação portuguesa na tradicional festa de «L'Humanité».

COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

O chanceler Franco Nogueira teve o desprazer de apresentar às Nações Unidas um documento, com data de 22 de setembro deste ano, em que solicitava indenização pelos prejuízos sofridos pela colônia de Moçambique em consequência das sanções económicas aprovadas pelo Conselho de Segurança daquele organismo internacional, em 9 de abril e 16 de dezembro de 1966 contra o governo racista da Rodésia. O total das indenizações pedidas por Franco Nogueira por não poder negociar com o bando de criminosos que detém o poder na Rodésia ascende a 5 milhões e 300 mil libras: 413.000 para o porto de Lourenço Marques, 780.000 para o porto da Beira, 1.528.000 para os Caminhos de Ferro do Limpopo e 2.568.000 para os Caminhos de Ferro da Beira. A diligência acintosa do Ministro dos Negócios Estrangeiros só contribuiu, como é lógico, para colocar o governo de Salazar em posição ainda mais delicada na ONU. Decididamente, o Estado Novo português gosta de fazer figuras ridículas no supremo organismo internacional. No tempo de Vasco Garin, apresentou como argumento para não cumprir as decisões sobre desarmamento o fato de «precisar de armas para se defender dos marcianos. Agora, tem o despudor de solicitar uma indenização por não poder comerciar com um governo criminoso que praticamente a totalidade dos membros da ONU condenou violentamente.

PROTESTO DE TRABALHADORES DE ANGOLA

A Liga Geral dos Trabalhadores de Angola e a Confederação dos Trabalhadores de Angola dirigiram à Conferência da Organização Internacional do Trabalho, que se realizou em Genebra, uma nota de protesto contra a presença de uma delegação do governo de Salazar que devia representar os trabalhadores de Angola e de outras colônias.

O PROBLEMA DOS REFUGIADOS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

O problema dos refugiados de Angola e Moçambique que fugiram à guerra colonialista de Salazar continua preocupando a opinião pública internacional. A Suécia anunciou oficialmente que contribuiu com 350.000 coroas suecas (67.800 dólares) para a Comissão de Refugiados das Nações Unidas. Dessa importância, 13.500 dólares destinam-se aos refugiados angolanos que se acham no Congo e 15.500 aos moçambicanos que, fugindo à ação criminosa do Exército de Salazar, se encontram em Rutamba e na República da Tanzânia.

SALAZAR CONDENADO NA REUNIÃO DA C.I.S.L.

Na 42.ª sessão do Comité Executivo da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, que se realizou em Bru-

xelas, foi condenada unanimemente a política dos Governos da Rodésia e de Salazar que desrespeitando as decisões tomadas pela Assembleia Geral da ONU, tomam medidas contra as populações africanas da Rodésia, de Angola, de Moçambique, da Guiné Bissau e de outros territórios sob dominação do Portugal salazarista.

MERCENARIOS NO CONGO: QUEIXA CONTRA SALAZAR

O representante da República do Congo na ONU dirigiu uma nota ao Presidente do Conselho de Segurança em que declara:

«...Todos sabem que Portugal está trabalhando como corretor no negócio dos mercenários e que tem recebido indivíduos e material no seu território e em Angola, cujo propósito é perturbar a lei e a ordem na República Democrática do Congo. Na sua carta de 19 de agosto de 1967 Portugal reconheceu que os indivíduos nomeados nessa carta de 10 de agosto tinham na verdade estado em Angola e que o Super Constellation a que nos referimos tinha aterrado em Luanda. Naturalmente não esperamos que Portugal nos diga qual a razão real da presença deste avião e desses indivíduos. O que é inconcebível é que Portugal afirme que a nossa descrição dos fatos é absurda e que tente justificar-se referindo-se às nossas «dificuldades internas» e à nossa «própria incapacidade». É absolutamente certo que o meu país tem dificuldades internas, desde que atingiu a independência, mas estas são causadas justamente por Portugal e pelos seus amigos que provavelmente receiam um Congo estável, por razões que ninguém desconhece.

Depois de dizer que o seu governo tem tentado normalizar a situação, o delegado prossegue: «É precisamente esse momento que os mercenários escolheram para fomentar distúrbios numa parte do meu país. Esses mercenários passam por Angola, que é administrada por Portugal, e alguns são mesmo recrutados em Portugal.»

QUEM PAGA A GUERRA COLONIAL?

O orçamento de Salazar para a guerra em África foi calculado este ano em 8 milhões e 500 mil contos. Em 1961 Salazar gastou com a guerra 2 milhões 427 mil contos. Quem está pagando esta diferença? Como sempre, o povo português: o imposto profissional, que incide sobre os ordenados de operários, empregados, professores, subiu entre 1966 e 1967 de 95 mil e 200 contos para 470 mil e 900 contos. O imposto de capitais, no mesmo período, elevou-se apenas de 371 mil e 900 contos para 397 mil contos.

SALAZAR ATACADO NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

A posição do governo de Salazar em África está sendo duramente atacada na 22.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. A Secretária (Continua na pág. 7)

LUTAS POPULARES

BANCÁRIOS — Milhares de bancários de Lisboa, Porto e Coimbra acham-se empenhados em dura luta contra os colossais do sistema bancário fascista que se recusa a atender as suas legítimas reivindicações. As exigências da classe são: 10 por cento de aumento nos vencimentos, direito à reforma aos 65 anos em vez dos 70, elevação do chamado subsídio de férias, redução do número de dias de trabalho necessário para o direito ao máximo de férias e aumento do subsídio de reforma por cada aumento geral de vencimentos.

A luta foi inicialmente conduzida na base de uma ação comum dos três sindicatos — Lisboa, Porto e Coimbra — através de uma comissão que, graças à combatividade demonstrada por toda a categoria profissional pôde realizar conversações com os representantes dos Bancos revestida de maior autoridade. Estes portaram-se com extraordinária arrogância recusando-se a tomar conhecimento das várias reivindicações e acentuando que qualquer aumento eventual dependerá de uma maior produtividade do pessoal obtida à custa de uma intensificação do esforço diário e do desamortamento dos sábados. Foram mesmo ao ponto de sugerirem o prolongamento do horário de trabalho, que seria acrescido diariamente de uma hora e meia. O aumento cuja possibilidade encaram não excederia mais 15 por cento mas deixam entender que seria fixado mais próximo dos 10 por cento.

Ante o impasse criado, as direções dos três sindicatos deliberaram tomar a iniciativa de recorrer ao assunto diretamente ao Ministério das Corporações. Entretanto, pressões de toda a ordem, que ainda não conhecemos exatamente, fizeram com que os delegados de Lisboa não assinassem o documento, o que provocou grande revolta entre os bancários da capital. A exposição, que tem 20 alíneas, representa um levantamento circunstanciado do problema e está redigida com a maior firmeza denunciando claramente as manobras e provocações do Ministério Nacional dos Bancos e Casas Bancárias, assinalando-se que, ao contrário do que acontece em Portugal "em qualquer país civilizado, as atualizações salariais se revestem de simples formalidade no âmbito das negociações coletivas".

O ministro nada respondeu até agora. Entretanto, a combatividade da importante categoria profissional é cada vez mais elevada e fazem-se esforços para que o Sindicato de Lisboa, sob pressão dos seus filiados, volte a atuar conjuntamente com os de Coimbra e Porto.

TREFILARIA TELES DE MENEZES — Chegamos-nos informações de que a luta dos operários da Trefilaria Teles de Menezes assumiu recentemente aspectos muito agudos. Os operários armaram-se com picaretas, enxadas e ferramentas várias, opondo-se pela força à tentativa de selagem das máquinas. A vila de Freamunde, praticamente em péso solidariizou-se com os operários quando soube que eles se rebelavam contra o encerramento da fábrica. Teles de Menezes, alarmado, apelou para a PIDE e horas depois as forças repressivas, transportadas em várias camionetas, ocuparam, por assim dizer, a povoação. A polícia, dando-se conta, contudo, do estado de espírito dos operários e do povo advertiu Lisboa do que se passava, explicando que a selagem das máquinas provocaria uma verdadeira batalha campal. Só então o fascismo recuou.

Sabe-se agora que por trás de tudo havia uma suja negociata do plutocrata Teles de Menezes com a Siderurgia.

PESCADORES DE MATOZINHOS — Reina grande descontentamento entre os pescadores de Matozinhos em consequência de novas taxas instituídas pelo Ministério das Corporações. Antes os pescadores de sardinha apenas pagavam à Casa dos Pescadores 1% sobre o valor bruto do peixe vendido e mais uma parte em cada barco. Agora, com o novo contrato, além desses descontos, a Casa dos Pescadores cobra 3,5% sobre o total ganho em cada quinzena pelos pescadores e faz os armadores pagarem 9% sobre o total dos salários relativos a safra. Pescadores e armadores mostram-se revoltados. É significativo que, na oportunidade da última visita de Henrique Tenreiro - o tubarão da Pesca - a Matozinhos, vários armadores conhecidos pela sua subserviência ao fascismo não compareceram, pela primeira vez a cumprimentá-lo.

Salazar Fomenta Rebelião Nigeriana

Salazar foi uma das peças mestras da rebelião que e sanguenta a Nigéria. Segundo notícias recebidas dos nossos correspondentes em Lisboa e em várias capitais africanas, o governo fascista português contribuiu com dinheiro, armas e outras facilidades para o levante armado que levou à formação da chamada República de Biafra e à guerra civil subsequente. Oficiais portugueses prestaram assistência técnica aos mercenários de Biafra durante a fase preparatória do golpe de Estado e de Lisboa saiu muito material para os rebeldes.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Colonialismo e Anticolonialismo

(Continuação da pág. 6)

Geral propôs a inclusão da Questão dos Territórios sob Administração Portuguesa na Agenda dos Trabalhos, onde constitui o item 67. Por outro lado, a política colonial portuguesa está também sendo discutida sob o item 57 que trata da Questão da Violação dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais incluindo as políticas de Discriminação Racial, de Segregação e de Apartheid em todos os Países, com Especial referência nos Países Coloniais e Noutros Países e Territórios Dependentes.

Um Franco... nada Franco

COSTA DE AMORIM

Ao lerem o título deste artigo podem os leitores ser induzidos em erro, pensando que quero referir-me ao Franco das seguidillas e do flamenco, quando na verdade pretendo falar do Franco do bacalhau com batatas e das iscas à lisboeta, aquele Franco... nada franco que acaba de visitar o Brasil onde pretendeu — inútilmente de resto, segundo nos informam os jornais — ratificar nebulosos tratados, através dos quais o governo português pretendia levar o Brasil a apoiar-lhe a tóla política internacional com tanto carinho cultivada pela ditadura lusitana.

Pois este Franco... nada franco de novo aqui esteve e de novo procurou engazupar as autoridades brasileiras e a opinião pública proferindo bem preparados discursos, por certo redigidos pelos serviços especiais do Est. Novo português, e com os quais procurou demonstrar o indemonstrável: que estão todos errados, desde o sr. Uthant até ao mais novo dos países com assento na ONU, sobre a política portuguesa, em especial no que se refere ao colonialismo, excepto ele próprio, porta voz que é de "um poder que mais alto se alevanta", um poder negregado e sórdido que tanto tem infelicidade a nossa terra, a qual levará à ruína total se o tempo e as circunstâncias permitirem que siga pondo em ação todo o seu "engenho e arte", voltado exclusivamente para a maldade, maldade mesclada do mais puro obscurantismo mental e, portanto, a pior de todas as maldades.

Houve, é claro, o clássico banquete no Ginástico, com a presença dos pançudos comendadores, que, alarvemente, passam a vida a abrir a boca de admiração perante as "obras" do ditador, confundindo o governo com o país e não conseguindo compreender — pobres de espírito que são — que a aparente independência da política lusitana nada mais é que a demonstração pura e simples de uma enorme fraqueza, quase um pânico que domina quem se meteu na pior das aventuras e agora não vê maneira dela sair.

Pois o Franco... nada franco botou discursos e deu conferência à imprensa, tendo proferido, como de resto é seu antigo hábito, as maiores baboseiras, perante o gáudio dos que o leram e dos que o ouviram. Este Franco... nada franco está acostumado a falar para auditórios mais dóceis, preparados à priori para aplaudi-lo e, se não a concordar com ele — o que é realmente difícil — pelo menos a fingir que o fazem, temerosos que são da vigilante PIDE, que não perde pitada e está sempre atenta a que se aplauda — sinceramente ou não — tudo o que o ditador ou os seus acólitos afirmam, por maiores que sejam os dislates, leit-motiv de tudo quanto oficialmente diz o governo português...

Desta vez a verborreia deste Franco... nada franco não teve limites. Perorou por todo o lugar onde lhe aguentaram a presença, continuando saloiaemente a falar em províncias ultramarinas e em terroristas (será que, na opinião dele, Tiradentes era também um terrorista?) até à saciedade, produzindo lamentável exposição de falta de ética, de princípios e de inteligência, e isto

visitando um país que tradicionalmente pensa e atua precisamente da maneira oposta à que este Franco... nada franco defende como a única e verdadeira.

Referindo-se à censura à imprensa este Franco... nada franco informou amavelmente os jornalistas que o interrogavam que se tratava de um problema interno de Portugal! E os outros problemas não são também internos? Então por que traze-los ao Brasil, procurando o apóio desta ex-colónia lusitana para uma política que está em frontal e completo desacordo não somente com a boa tradição brasileira mas até mesmo com os interesses deste País?

Por que este Franco... nada franco não abandona esta luta perdida e não confessa honestamente que é suicida o que está praticando? Por que sendo agora um Franco... nada franco não se torna num Franco... verdadeiramente franco, proclamando a verdade ao mundo que, atônito, assiste nos tempos presentes ao genocídio de vários povos em nome de falsos e ridículos princípios que não possuem a mais leve fimbria de razão? Tem medo de perder o emprego?

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General
Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva
— Rua Real da Torre, 819 — 1.º
CURITIBA: Antonio Serpa —
Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Junio Duarte —
Edifício Centro Comercial —
Apto. 141

PELOTAS: Heltor M. Bandeira
— Rua 7 de Setembro, 312 —
Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And
Colonial Bulletin — 10 Pentiman
Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Carlos Figueira —
rue Jolly, 77 Schaeerbeek —
Bruxelles 3

HOLANDA: ANGOLA COMITE
— Vinkenstraat 13 — Amster-
dam — C.

CANADA: Portuguese Canadian
Democratic Association 10 —
Eden Place Toronto 2E —
Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica
Portuguesa — Apartado 8237 —
Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Por-
tuguesa del Uruguay Casilla de
Correo n.º 2.128 — Distrito 5 —
Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ri-
beiro — Postovní Urad/Jindriská UL.
C.14 Schánka 646 — Praha 1
Tobecoslavaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de
«Portugal Democrático»
FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portu-
gal Democrático» — 2, Place Fran-
çois Villon — Escalier E — La Cour-
veneuve — Seine — França

REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 —
São Paulo
Caixa Postal 6248

Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NC: 0,20
Assinatura anual NC: 3,00

ANO XII - N.º 123 - NOVEMBRO/1967

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCENDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telefónico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

O Petróleo de Angola e os sonhos do sr. Mota

"O Estado de São Paulo", em sua edição de 28 de setembro último, publica um "sensacional" artigo do seu correspondente em Lisboa, um sr. Mota de não saudável memória nestes Brasis, agora vivendo no "doce" clima ditatorial lusitano e usufruindo as delícias de um regime do qual sempre se afirmou inimigo, embora com ele tenha depois pactuado, após um, muito provavelmente, "severo" exame de consciência que por certo o levou à convicção que era bem mais rendoso aliar-se àqueles que combatia ao invés de seguir militando nas hostes democráticas às quais havia pertencido evidentemente por equívoco — não sem despertar a desconfiança de alguns de seus companheiros de então, entre os quais se conta o autor destas linhas...

Pois este sr. Mota, que "O Estado" tem a infelicidade de manter como correspondente na sacrificada terra portuguesa, servindo assim, involuntariamente embora, de veículo aos seus dislates permite-se escrever sobre todos os assuntos, os mais díspares, que normalmente não conhece mas acerca dos quais discorre com a maior impudência e a mais perfeita irresponsabilidade. É pena que "O Estado", sempre tão bem informado sobre as questões económicas, não tenha submetido à triagem de suas competentes direção e redação o artigo agora divulgado e que se refere exatamente ao assunto que serve de título a estas mal alinhavadas linhas.

Não é nem necessário fazer uma análise profunda das sandices proferidas pelo sr. Mota para se verificar, sem grande trabalho aliás, que está tudo errado naquilo que ele escreve, demonstrando uma ignorância a toda prova, o que, confessamo-lo honestamente, não é de admirar em quem sempre sofreu desta "doença", já agora, com a idade procveta, tendo atingido a fase da cronicidade e portanto sem remédio conhecido.

Afirma, muito enfaticamente aliás, o articulista que "dentro de quatro anos, mais precisamente no final de 1970, Portugal estará figurando entre os grandes produtores mundiais de petróleo". Quer ele referir-se a uma das colônias, mais precisamente a Angola, mas, no seu estilo impregnado das mais puras diretrizes salazaristas, entende agora — já pensou o contrário e até o afirmou em documento público — que Angola é Portugal, Passemos porém por cima deste "devaneio", que não tem importância de maior, sendo da autoria de quem é, e vamos adiante no artigo, quando o sr. Mota diz: "depois de Kuwait, que produz anualmente 63,5 milhões de toneladas, dos Estados Unidos, que produzem 24,9 milhões de toneladas anuais, e da Venezuela, cuja produção é de 8,5 milhões de toneladas por ano, Portugal classificou-se logo a seguir com 7,5 milhões de toneladas, quando etc."

Não sei francamente quem foi o "amigo da onça" que forneceu ao sr. Mota estes números, mas devo dizer que se trata, como sei dizer-se no Brasil, de uma pura "cachorrada"! Em primeiro lugar, os números es-

tão todos errados e a ordem de produção, para não variar, igualmente não corresponde à verdade dos fatos; inclusive o sr. Mota não menciona a produção da União Soviética (a segunda do mundo), talvez porque, sendo um anticomunista inveterado (ou invertido?) não toma conhecimento do que se passa na Rússia, à semelhança daquele seu émulo, o sr. Varela Cid, que declarou anos atrás não acreditar no Sputnik, então lançado perante a admiração de todos...

Porém, para não tornar este artigo por demais longo, cansando assim os nossos leitores e "gastando cêra com tão ruim defunto", vamos diretamente às cifras "oficiais", todas elas obtidas em uma das publicações de maior crédito neste campo. Trata-se do "World Report Petroleum", edição de 1967, à disposição de todos na Biblioteca do Conselho Nacional do Petróleo, aqui na Guanabara (av. 13 de Maio, 13 — 26.º andar). Diz-nos ele que em 1966 os dados preliminares sobre a produção mundial de petróleo indicam que essa produção foi da ordem dos 32.806.000 barris por dia, o que representa "grosso modo" 1.540.300.000 de toneladas anuais. Por ordem foram estes os países que maior contribuição deram à produção de petróleo: Estados Unidos (... 8.332.000 barris/dia); União Soviética (5.300.000 barris/dia); Venezuela (3.369.000 barris/dia); Arábia Saudita (2.393.000 barris/dia); Kuwait (2.276.000 barris/dia); Irão (2.112.000 barris/dia); Líbia (1.504.000 barris/dia); e Iraque (1.386.000 barris/dia). Em termos de tonelagem anual estes números traduzem-se da seguinte forma: Estados Unidos, 416.600.000; União Soviética, 265.000.000; Venezuela, 158.350.000; Arábia Saudita, 119.650.000; Kuwait, 113.800.000; Irão, 105.000.000; Líbia, 75.200.000; e Iraque, ... 69.300.000. Logo, quando o infável sr. Mota nos informa que Portugal (ou Angola) o que não é a mesma coisa, muito pelo contrário) irá produzir 7.500.000 toneladas anuais isto quer dizer que não será o 4.º em petróleo no mundo, muito longe disto. E, querem saber, a cumprirem-se os sonhos do sr. Mota, em que lugar se situaria a colónia de Angola, esperamos que então já libertada e gozando do seu estatuto de nação independente? Mais ou menos em 20.º lugar.

Tendo já dado os números referentes aos primeiros "oito grandes" em petróleo, indicaremos agora os que os seguem, em ordem de produção anual, por tonelagem. São eles: 9.º — Canadá, 43.550.000; 10.º — Argélia, 34.900.000; 11.º — Indonésia, 23.450.000; 12.º — Nigéria, 20.450.000; 13.º — Abu Dhabi, 18.000.000; 14.º — México, 16.300.000; 15.º — Qatar, 14.450.000; 16.º — Argentina, 14.300.000; 17.º Romênia, 12.950.000; 18.º China, 10.000.000; e 19.º — Colômbia, 9.850.000.

Aí poderia entrar então a produção de Angola, caso entretanto os índices mundiais não aumentassem, alijando ainda para mais longe a posição da nossa atual colónia. Isto não é improvável, pois embora em

Francisco Vidal

certas áreas do mundo a produção do petróleo decresça noutras aumenta extraordinariamente e até de forma surpreendente, o que faz com que todos os anos o índice de tonelagem anual seja mais alto. Por exemplo: em 1966 este aumento foi da ordem dos 129 milhões de toneladas, segundo a revista "Petroleum Press Service" (numero de Janeiro passado), o que representa mais 8,5% que em 1965. E isto em que países? Principalmente nos Estados Unidos (mais 29 milhões de toneladas) e na África (mais 27 milhões de toneladas), enquanto que na Venezuela se verificou uma diminuição de 3% atribuindo-se o facto às dificuldades daquele país em colocar o produto nos Estados Unidos, Europa e outras regiões devido à competição de preços. Ainda segundo o "Petroleum Press Service" a produção do Oriente Médio aumentou em 11,9% em 1966, sendo o incremento da África do Norte considerado como "fenomenal", pois a Líbia conseguiu extrair mais 72 milhões de toneladas, ou seja tendo um aumento de 22% em relação a 1965...

Que poderemos mais dizer para contestar, com números dignos de crédito, as informações que nos dá o sr. Mota? Acreditamos que nada, pois o leitor depois de ter mergulhado na aridez, mas também na eloquência, destes números, se é que teve paciência para tanto, já se deu conta que o artigo do sr. Mota nada mais é que puro sensacionalismo, feito para agradar a seus atuais senhores, aqueles que na nossa terra mandam e desmandam e, segundo parece, pois as provas são concludentes, mandam agora também no sr. Mota, que desbragadamente escreve sobre as conquistas do regime, émulo que se tornou daqueles que nos "melhores" tempos do III Reich cantavam lóas às virtudes do nazismo e do seu chefe, e nunca demasiadamente amaldiçoado sr. Hitler...

A PIDE Aprende Livro

A repressão a que o governo de Salazar submete o povo português há mais de 40 anos, não se faz sentir unicamente através da prisão de quantos, em Portugal, ousam lutar pelas liberdades cívicas e garantias individuais. Todos os direitos de cidadania — o direito ao pão, o direito ao trabalho, o direito de associação, o direito à paz, o direito à cultura e à livre expressão do pensamento — são sistemática e diárismente violados pelo governo fascista.

O ódio à cultura é uma manifestação permanente da ditadura. Através da censura prévia à imprensa escrita e falada, da apreensão de livros, da triagem policial dos quadros do professorado, do cerceamento da acção das organizações culturais, o fascismo procura impedir o ascenso cultural do povo e a comunicação dos intelectuais com as massas populares.

Um dos exemplos mais recentes desta política criminosa, a que urge pôr termo pela lu-

Ainda os "Romances" do sr. H. Cerqueira

Roma (Do Correspondente) — A imprensa internacional foi surpreendida, em 17 de julho passado, por um comunicado distribuído em Rabat (Marrocos), proveniente de um indivíduo, de nacionalidade portuguesa, de nome Henrique Cerqueira. Este Henrique Cerqueira intitulava-se "secretário-geral" de uma pretensa organização que, como por acaso, tem as mesmas iniciais que a Frente Patriótica de Libertação Nacional (a única organização unitária dos anti-fascistas portugueses): "Frente Portuguesa de Libertação Nacional". O primeiro acto de provocação está na intenção de criar a confusão na opinião pública internacional: uma Frente Patriótica..., uma Frente Portuguesa... Mas a provocação não acaba aqui. O tal Henrique Cerqueira diz mais no citado comunicado, divulgado pela M. A. P. (Maghreb Agence de Presse), e retomado outras agências, entre as quais a Reuter. Diz que o General Humberto Delgado não foi assassinado pela P.I.D.E., pois está preso, em regime de rigorosa incomunicabilidade, pela mesma P.I.D.E., desde 13 de fevereiro de 1965. Diz também que o General Humberto Delgado continua a ser o "Presidente" da "Frente Portuguesa de Libertação Nacional", segundo decisões recentes do respectivo "Comité Central". Diz ainda que foi um indivíduo chamado Ernesto de Castro e Sousa que perdeu a vida "heroicamente" na cilada de Badajoz, e não o General Humberto Delgado. Diz mais ainda. Diz que o primeiro advogado da viúva do General Humberto Delgado foi substituído por outro por sua "ordem" expressa, pelo facto de que o primeiro tinha sido designado por "pressão da ... P.I.D.E.". Finalmente o tal Henrique Cerqueira avisa estar ameaçados de morte todos aqueles que se opuserem à sua versão dos acontecimentos.

Passemos agora à explicação deste comunicado à imprensa distribuído em Rabat (Marrocos) pelo senhor Henrique Cerqueira. Em primeiro lugar, temos não só o direito, mas também o dever, de comunicar à opinião pública internacional

que o tal sr. Cerqueira é, de há muito tempo já, segundo a F.P.L.N. — um agente ao serviço do regime salazarista e da sua Polícia Política (P.I.D.E.). O sr. Cerqueira estaria ao serviço, desde a sua chegada a Marrocos, em outubro de 1963, dos serviços secretos de uma potência ocidental. Em terceiro lugar o sr. Henrique Cerqueira estaria directamente implicado no hediondo assassinio do General Humberto Delgado e da sua secretária, Arajarir de Campos. Por isso mesmo o sr. Henrique Cerqueira se recusou a apresentar-se ao juiz espanhol Marquez Crespo, apesar das garantias dadas pelo Governo Espanhol.

O processo entretanto foi arquivado em Espanha por fortes pressões, entre as quais a do próprio Franco. Este sentiu-se ilibado e a partir daí não tinha mais interesse em comprometer ainda mais o seu amigo Salazar. Assim, arquivado em Espanha, o processo passou a desenrolar-se em Roma. Quem aparece em Roma estreitamente ligado à trama da P.I.D.E.? O português Mário de Carvalho, o italiano Ernesto Bisogno, médico, e fascista dos tempos de Mussolini, e... o sr. Henrique Cerqueira, domiciliado em Rabat (Marrocos). Mário de Carvalho e Ernesto Bisogno estão em Roma, Henrique Cerqueira em Rabat. Perante os maus lençóis em que se viram de um momento para o outro Mário de Carvalho e Ernesto Bisogno, Henrique Cerqueira mais protegido pelo facto de não estar na Itália, resolve ir em socorro dos seus amigos e cúmplices. E H. Cerqueira inventa a versão de que o General Humberto Delgado não teria sido assassinado, mas preso pela P.I.D.E. E desta maneira não haveria mais lugar para processo judicial. O processo seria interrompido, e eventualmente arquivado, tal como aconteceu em Espanha por meios diferentes.

Entretanto, não satisfeito com a série de mentiras emitidas no seu comunicado à imprensa, o sr. H. Cerqueira insinua que o primeiro advogado da viúva Delgado, o dr. Abranches Ferrão estaria ao serviço da P.I.D.E., e o dr. Mário Soares tê-lo-ia substituído por sua "ordem" expressa. O dr. Abranches Ferrão é tal como foi toda a sua vida, um prestigioso democrata. O dr. Mário Soares, o actual advogado da viúva Delgado é outro destacado democrata, bem conhecido da opinião pública portuguesa e até da opinião pública internacional. Será mesmo o dr. Mário Soares, o advogado nomeado por "ordem" expressa do sr. H. Cerqueira, que acabará por desmascarar o agente da Polícia Salazarista, Henrique Cerqueira.

